



Número: **0800577-15.2018.8.15.0391**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Água Branca**

Última distribuição : **09/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDICLELSON ALVES BARBOSA (AUTOR)		ARTHUR ALVES DE MEDEIROS (ADVOGADO) ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
TIAGO MARTINS FORMIGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
44249 838	08/06/2021 18:07	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA - ESTADO DA PARAÍBA**

Processo nº 0800577-15.2018.815.0391

EDICLELSON ALVES BARBOSA, já devidamente qualificado nos autos em evidência, na **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT**, que move em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, amplamente qualificada nos autos, vem a presença de Vossa Excelência, diante da **r. sentença id. 43673913**, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, com fulcro nos **arts. 1022 e seguintes** do Código de Processo Civil, pelas razões a seguir expostas.:

Esclarece, inicialmente, que estes declaratórios não tem o condão de procrastinar o feito, mas sim, de **sanar contradição**, a qual com o devido respeito padece a r. sentença.

A bem da verdade o que pretende a Embargante não é rediscutir a matéria, mas tão somente aclarar a decisão da qual pretende, e aí sim, recorrer especificamente, **caso não corrigido o vício**.

É por esta razão que cabem os presentes embargos de declaração, que devem ser cuidadosamente analisados **para o reconhecimento da omissão, obscuridade e contradição**, sem que isso se traduza em desprestígio ao Nobre Julgador ou qualquer ato protelatório.

O embargante, por meio desta medida, **almeja a celeridade e economia processual**, e por sua vez, evitar a interposição de outros recursos.

I – DO DISPOSITIVO DA SENTENÇA

Nos autos da **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** em epígrafe foi prolatada sentença julgando **PARCIALMENTE**



PROCEDENTE O PEDIDO, para CONDENAR a demandada a pagar ao autor **10% sobre o valor da condenação a título de honorários advocatícios**, atendidos os critérios da razoabilidade, levando em consideração a complexibilidade da causa e desempenho deste causídico. Segue abaixo trecho objeto da discussão:

(...)

ANTE O EXPOSTO, mais que dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO** para CONDENAR a demandada a pagar a(o) autor(a) o valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, referente ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, com o acréscimo de correção monetária pelo INPC/IBGE, desde o evento danoso até o efetivo pagamento, bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês (CC, art. 406) a partir da citação (CC, art. 405), nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Atendidos os critérios de razoabilidade, tomando como parâmetro o grau de complexidade da causa e do **desempenho do causídico da parte vencedora**, condeno o(a)(s) promovido(a)(s) ao pagamento das custas e dos **honorários advocatícios**, estes à base de **10% sobre o valor da condenação**, nos termos do art. 85, do CPC..

(...)

Em que pese o Juíz *a* quo tenha proferida a **sentença id. 43673913** com o costumeiro brilhantismo, a mesma deve ser reformada por Vossas Excelências com relação ao **valor dos honorários advocatícios sucumbênciais**, vez que houve manifesta violação ao **art. 85, §2º inciso I e IV, e §8º do CPC**.

II. DOS HONORÁRIOS IRRISÓRIOS/AVILTANTES

Ao observamos o dispositivo da sentença, percebe-se que há **contradição** em que pese os critérios de razoabilidade utilizados pelo douto magistrado em relação ao desempenho deste causídico, vez que **fixou honorários advocatícios em patamar inferior**, configurando manifesta violação ao **art. 85, § 2º inciso I e IV, e § 8º do CPC**.

É sabido, que **nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável**, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargada ou



não, os **honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz**, conforme **artigo 85, § 2º inciso I e IV, e § 8º do CPC**.

Neste sentido, o **artigo 85, § 2º do CPC** ensina:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.
(...)

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;
II - o lugar de prestação do serviço;
III - a natureza e a importância da causa;
IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

O **parágrafo 8º do art. 85** assim dispõe:

§ 8º. Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Nesse sentido, é sabido que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência:

(I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º);

(II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo:

(II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou

(II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim,



(III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

No presente caso, **indiscutível que o valor da condenação dos honorários advocatícios representa quantia irrisória**, meramente simbólica, ainda mais se considerarmos, como manda o ordenamento jurídico, o valor do bem jurídico buscado na tutela jurisdicional.

Nesse sentido, o MM. Juíz, em sua sentença ora combatida fixou a verba honorária em **10% sobre o valor da condenação**, portanto, o valor de **R\$ 472,50 (quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) será o valor correspondente aos honorários sucumbenciais**, desta feita, **analisando o valor a título de honorários sucumbenciais**, chegamos à conclusão, que **o percentual aplicado sobre o valor da condenação resultou em valor irrisório**, **não condizente com a remuneração da atividade advocatícia**, haja visto, **irrisório o proveito econômico**.

Em outras palavras, do exame dos autos, denota-se que os trabalhos profissionais apresentados pelos advogados **em nada foram insuficientes, tendo os patronos do embargante exercido trabalho árduo e incisivo**.

Logo, nada existe nos autos, tampouco na lei, **que pudesse ensejar a condenação de verba indenizatória irrisória, aviltante, em patamar inferior** ao estabelecido na tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil, onde **percebe-se, portanto, a existente contradição entre o valor fixado** no patamar de 10%, configurando-se em valor irrisório consoante os termos do **art. 85, §2º inciso I e IV, e §8º do CPC**.

Sendo assim, a r. sentença deve ser reformada, pois desconforme está com o ordenamento jurídico pátrio, vez que **não houve o necessário “equilíbrio” que a palavra equidade**, por sua derivação, deve ensejar. **O vencedor, neste caso, foi quem sofreu prejuízo!**

Ademais, tendo em vista que a **apreciação equitativa deve atender as circunstâncias peculiares de cada caso concreto**, como, aliás, é da essência da equidade e considerando que não há no referido dispositivo da sentença nenhuma fundamentação sequer, **impõe-se a reforma da sentença neste ponto**, para o fim de **fixar os honorários em valor compatível com o zelo dos patronos e a dignidade da profissão**, sendo justo em razão do trabalho desenvolvido pelos patronos do apelante.



Neste sentido, **segue entendimentos deste tribunal**, onde foi decretada a fixação do valor das verbas honorarias por apreciação equitativa nas causas em que o proveito econômico for irrisório, vejamos:

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0805111-34.2018.815.0251

RELATOR: Juiz Convocado Miguel de Britto Lyra Filho

APELANTE: Júlio César Martins Brilhante

ADVOGADO: Arthur Alves de Medeiros, OAB/PB 25.763

APELADA: Seguradora Líder dos Consórcios S/A

ADVOGADO: João Barbosa, OAB/PB 4246-A

ORIGEM: Juízo da 4ª Vara da Comarca de Patos

JUIZ (A): Vanessa Moura Pereira

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. ADEQUAÇÃO PERTINENTE. PROVIMENTO DO RECURSO. Deve-se majorar os honorários advocatícios, quando arbitrado em valor não condizente com o grau de zelo profissional, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para a sua realização. **Desta feita, entendo que o valor deve ser fixado em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, do CPC.**

PLEITO DE MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS PARA o patamar de 10% (DEZ POR CENTO) a 20% (vinte por cento) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR IRRISÓRIO. Desprovimento do apelo - Considerando a condenação irrisória conferida em primeiro grau, **a fixação entre o patamar de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre tal valor, é violar as normas processuais, que determinam a fixação equitativa nestes casos, tutelando, assim, a dignidade do labor do advogado.** (...). Assim, considerando o valor da condenação, qual seja, R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), fixar-se entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre tal valor, **é violar as normas processuais e atentar contra a dignidade do labor do advogado.** Nesses termos, **impossibilitado resta a minoração dos honorários. Conclusão.** Por tudo o que foi exposto, **NEGO PROVIMENTO A APELO**, mantendo pelos seus próprios fundamentos. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00721735420148152001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 17-04-2018).

Portanto, diante do previsto nos § 2º inciso I, IV, e § 8º do art. 85 do CPC, combinados com as disposições da Tabela de Honorários da OAB, para não aviltar o trabalho dos advogados da parte autora, o valor dos honorários advocatícios merece e deve ser fixado em **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).**



Dessa forma, deve a r. Sentença ser aclarada nesse **ponto e reformada, vez que configurada a contradição.**

II – CONCLUSÃO

Posto isso, requer seja o r. Sentença, respeitosamente aclarada, para que seja apreciado o pleito de **fixação de honorários advocatícios em favor da Embargante**, conforme preceitua o artigo 85, § 2º inciso I e IV, e § 8º do Código Processual Civil.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Patos – PB, 08 de junho de 2021

ARTHUR ALVES DE MEDEIROS

OAB/PB 25.763

